

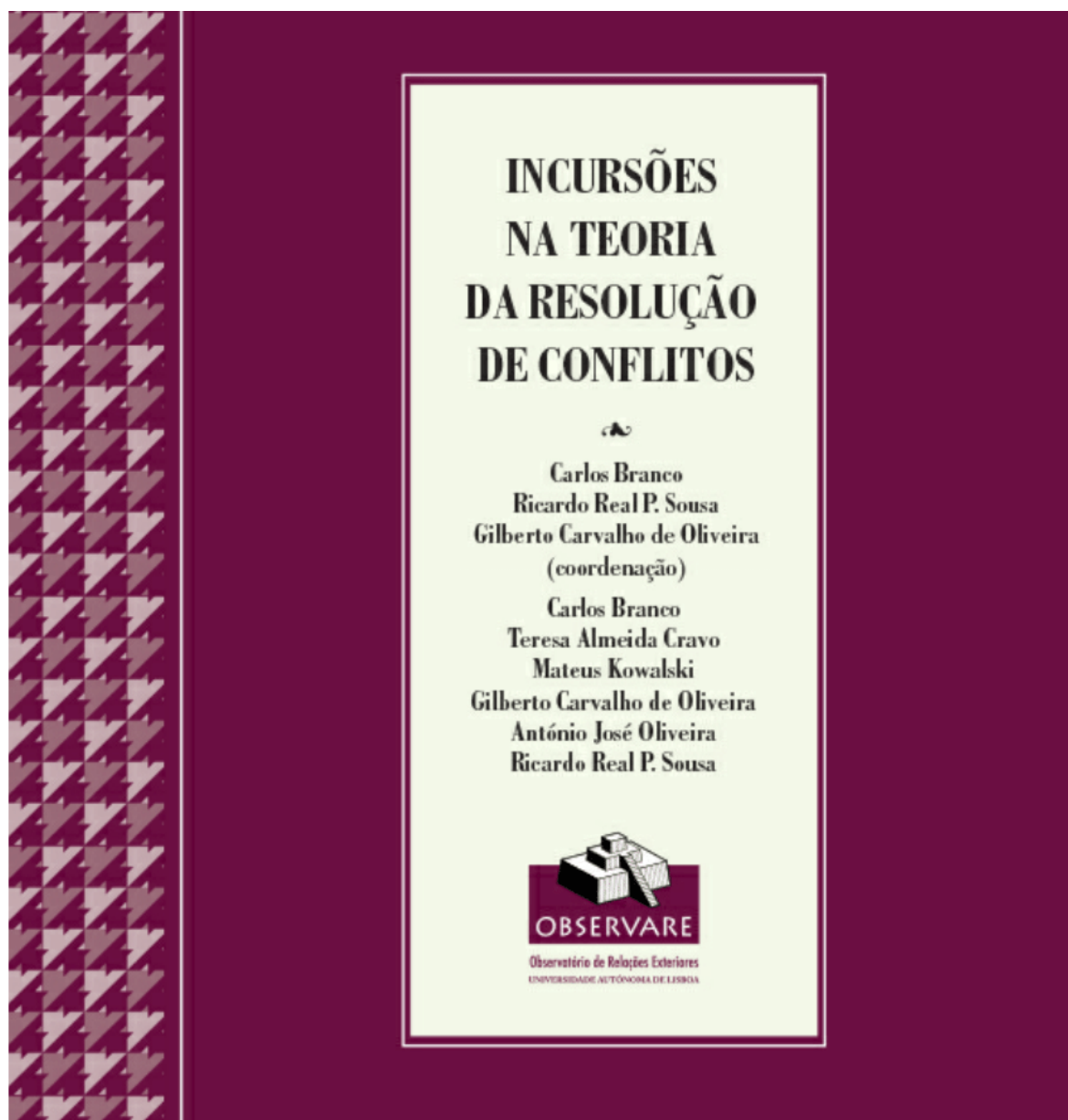
Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos

Incursions in Conflict Resolution Theory

MARCOS ALAN S. V. FERREIRA
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
marcosalan@gmail.com

EN RESEÑA DE • A REVIEW OF

Branco, Carlos, Sousa, Ricardo Real P., Oliveira, Gilberto Carvalho (coords.). *Incursões na Teoria de Resolução de Conflitos*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa/Observare, 2017.



O campo da Ciência Política (CP) e Relações Internacionais (RI) tem contribuído historicamente na compreensão das tensões entre distintas visões e ações políticas. Tais tensões eventualmente se traduzem em violência deflagrada em conflitos armados que assolam a sociedade e destroem seu tecido institucional. A importância do entendimento destes cenários conflituosos é tamanha que o estudo do conflito armado e dos desafios para construção da paz se constituíram como uma área transdisciplinar, em constante diálogo com distintos campos das ciências humanas, denominado Estudos de Paz e Conflitos (ver Dahl, 2012; Ferreira 2017).

No Brasil nota-se um crescente interesse na área desde os anos 1990¹, em paralelo com a expansão do campo das Relações Internacionais. Esta tendência é notada com a disseminação de publicações, cursos específicos em programas de graduação e pós-graduação e integrações de pesquisas em redes de acadêmicos focados no tema, como visto na Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS) e no GEDES (Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional), vinculado à Universidade Estadual Paulista (UNESP). Entretanto, uma limitação evidente está no número de obras em português dedicadas ao estudo da paz e resolução de conflitos².

Dentro deste contexto, é de bom grado ver a publicação de um livro organizado de alta qualidade como se vê em *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos*, coordenado por Carlos Branco, Ricardo Real P. Sousa e Gilberto Carvalho de Oliveira, membros do OBSERVARE (Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autônoma de Lisboa). A obra é dividida em 10 capítulos, partindo de uma contextualização do campo de Paz e Conflitos dentro das Ciências Humanas e desembarcando nas particularidades das técnicas de Resolução de Conflitos (RC).

Ainda que a obra não esteja dividida desta maneira, pode-se dizer que ela se configura em três blocos. Após uma concisa e bem informativa introdução que fornece um preciso panorama dos conflitos políticos contemporâneos, no primeiro bloco os três capítulos iniciais se desdobram em analisar os componentes epistemológicos e ontológicos dos Estudos de Paz e Conflito e dialogar com a Ciência Política, os Estudos Estratégicos e Relações Internacionais. Um segundo bloco de cinco capítulos tratam das abordagens e técnicas para resolução de conflitos. Os dois capítulos finais compõem um bloco que examina elementos de um cenário pós-conflito, tais como a consolidação da paz e a justiça de transição.

O primeiro capítulo tem como grande fortaleza a construção do diálogo de RC com as Relações Internacionais (RI). O autor Ricardo Real P. de Souza apresenta os grandes

1. Ainda que seja uma área com ampla difusão nas ciências humanas globalmente, surpreendentemente no Brasil não há programas no nível de graduação, mestrado e doutorado em Estudos de Paz e Conflitos ou mesmo suas áreas correlatas, como Resolução de Conflitos, Estudos para a Paz ou Gerenciamento de Conflitos. Mundialmente, uma centena de programas já existem, inclusive em países latino-americanos como Costa Rica e Colômbia (cf. StartClass, 2017).

2. Sabe-se que atualmente há esforços de aumentar o número destas obras, como demonstrado por alguns dos acadêmicos presentes no II Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (EBEP), em setembro de 2017, em João Pessoa. Há também a obra organizada por Vahideh Rabbani Jalali que constrói uma ponte consistente entre o estudo da espiritualidade, da saúde e o tema da paz (ver JALALI, 2010), assim como o dossiê da Conjuntura Global capitaneado em 2016 por Ramon Blanco e Áureo Gomes.

debates de RI e as preocupações de segurança no contexto dos conflitos de maneira detalhada e didática, sempre demonstrando como cada corrente compreende o problema da paz e da guerra. Por exemplo, sua tabela 1.2 é bastante informativa ao apresentar como se entrelaçam os debates de RC e RI. Ainda, ele não deixa de trazer à tona as abordagens pós-estruturalistas e a teoria social quântica de Alexandre Wendt, que para o autor guarda muito potencial para a compreensão mais precisa do cenário internacional do século XXI.

Já no capítulo 2, o mesmo Ricardo Real P. Sousa faz uma genealogia da investigação (estudos/pesquisa) da paz behaviorista, partindo do surgimento do campo no final da década de 1950 até os dias atuais. Pode-se dizer que este é um dos capítulos centrais da obra pelo fato de assentar os elementos conceituais e metodológicos que permitem a compreensão da RC no panorama das ciências humanas. Nota-se que o autor faz um grande esforço no sentido de classificar, de um lado, a diferença entre Investigação da Paz (IP) e outras áreas das ciências humanas como as RI e CP, e de outro, a mesma IP, os Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos. Sousa se propõe a uma tarefa nada simples, mas se pode dizer que ele é parcialmente bem sucedido. A diferenciação que ele constrói entre a IP, os Estudos Estratégicos, a CP e as RI é digno de nota pela sua precisão conceitual.

Contudo, ao diferenciar a IP dos Estudos para a Paz e da Resolução de Conflitos, a análise do capítulo 2 carece de uma maior criticidade. Por exemplo, por que a IP seria uma área neutra tal como colocado na tabela 2.3? Seria pelo empiricismo desta corrente como apresentado pelo seu principal veículo, o *Journal of Peace Research*? A empiria realmente mostra as coisas tais como elas são e por isso significam neutralidade? Uma análise crítica destas questões mostraria de maneira mais precisa as limitações do behaviorismo examinado no decorrer do capítulo.

Outro ponto que valeria uma melhor explanação são as diferenças entre a Investigação da Paz, a Resolução de Conflitos e os Estudos para a Paz, que vez ou outra parecem se tratar de uma mesma coisa. A clareza de que não são um mesmo campo só se torna um pouco mais clara na explicação que antecede a tabela 2.2, ainda assim muito sinteticamente. Neste ponto, sente-se que o autor poderia se beneficiar bastante de um diálogo entre sua pesquisa e os resultados apresentados brilhantemente por Elisabeth Dahl (2012), haja vista que ambos se propõem ao mesmo objetivo de analisar as correntes divergentes no campo de Paz e Conflitos.

Não obstante estes questionamentos, diante da dificuldade de se discutir os pormenores dos estudos de Paz e Conflitos, reconhece-se aqui o bom trabalho de síntese feito por Sousa no capítulo 2. O mesmo capítulo é também bem sucedido do ponto de vista histórico, haja vista que apresenta de maneira singular os encontros e desencontros dos diferentes centros de investigação sobre paz e conflito no decorrer de sua história, como a importante cisão entre os acadêmicos em torno do *Journal of Conflict Resolution* e do *Journal of Peace Research*. E, por fim, o mais relevante é que sua análise leva a cabo funções importantes das ciências humanas, em especial a de abrir novas pontes de conhecimento, discussões, diálogos e questionamentos.

No capítulo 3, o foco de António Oliveira é de examinar o papel das forças militares na resolução de conflitos. Após uma revisão conceitual das funções do aparato militar,

Oliveira apresenta o contexto para o emprego das forças armadas em resolução de conflitos desde as abordagens clássicas até as atualmente complexas diante de conflitos irregulares. Ao final, seu foco é nos desafios legais e técnicos da atuação militar em contextos conflituosos. Nota-se que este capítulo é inovador ao conectar as ferramentas analíticas dos Estudos Estratégicos com Resolução de Conflitos (RC), o que lhe dá margem para outros desdobramentos futuros de pesquisa como, por exemplo, avaliar essa conexão dos dois campos em casos específicos.

Nos três capítulos iniciais que formam o primeiro bloco temático que analisa a Resolução de Conflitos dentro de um panorama maior das Ciências Humanas, uma temática que poderia ser explorada são as explicações conceituais e práticas do processo de tomada de decisões voltadas à Resolução de Conflitos. Embora se saiba que a RC é um campo multidisciplinar, a tomada de decisões para resolver conflitos passa pela arena internacional e seus atores. Este processo envolve organismos internacionais, atores estatais, organizações humanitárias, dentre outros. O jogo de poder, a burocracia e as dificuldades encontradas neste processo decisório é um importante ponto a ser considerado, quiçá por obras futuras que deem continuidade ao diálogo promovido pela obra aqui resenhada.

Os cinco capítulos do segundo bloco são talvez a parte mais inovadora e importante na presente obra – todos eles de autoria de Gilberto Carvalho de Oliveira, atualmente docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Primeiramente, Carvalho de Oliveira se debruça em duas abordagens pacifistas à resolução de conflitos: o pacifismo de princípios (capítulo 4) e o pacifismo pragmático (capítulo 5). No pacifismo de princípios, «o foco central do texto recai sobre o pacifismo de base espiritual ou moral, deixando para o próximo capítulo uma segunda vertente do pacifismo, onde a rejeição da violência é justificada em bases estratégico-pragmáticas» (p. 170). Compreender a fundamentação filosófica do pacifismo é visto como fundamental para a compreensão de elementos atuais da RC, como no caso da prevenção de conflitos e no *peacemaking*.

Uma cuidadosa análise sobre a não-violência é conduzida aqui pelo autor, fundamentada na história do conceito desde as tradições cristãs até as referências práticas atuais como Mahatma Gandhi e Martin Luther King. Segue-se então a definição do pensamento de Gandhi e seu conceito de *satyagraha*, que adquire um componente político na luta contra o imperialismo britânico através da desobediência respeitosa ao opressor. Ao final, o foco é uma detida análise na abordagem da «tensão criativa» proposta por Luther King.

Já no capítulo 5, o pacifismo pragmático é examinado desde seus primeiros proponentes, como Kenneth Boulding e Gene Sharp. Como bem define Carvalho de Oliveira, este capítulo permite ao leitor enxergar que os atuais «desenvolvimentos revelam uma atualidade, uma vitalidade e uma complexidade da agenda de investigação da não-violência que podem dar ao campo da resolução de conflitos uma contribuição prática e teórica renovada que vai além das caricaturas e dos estereótipos através dos quais as abordagens pacifistas têm sido tradicionalmente enxergadas» (p. 227).

Logo após apresentar as abordagens, Carvalho de Oliveira explica os pormenores das mais importantes técnicas políticas e gerenciais de resolução de conflitos, a saber: a resolução interativa de conflitos (Capítulo 6), a abordagem TRANSCEND (Capítulo 7) e a

educação para a paz (Capítulo 8). No caso da resolução interativa de conflitos (RIC), o foco maior são as resoluções pensadas para além do âmbito político-institucional e que envolvem uma atuação de mediadores e negociadores que vêm de diferentes atores da sociedade civil. Em resumo, a RIC parte da noção de que o conflito é um fenômeno intersocial, na qual os elementos «não-oficiais entre os antagonistas, intermediadas por uma terceira parte neutra e dotada de conhecimentos teóricos relevantes sobre as dinâmicas próprias dos conflitos sociais» joga um papel fundamental para a resolução das tensões (p.238). Edward Azar, Herbert Kelman, Leonard Dobb, John Burton são algumas das referências acadêmico-praticantes desta técnica diversificada que trouxe importantes resultados em conflitos políticos complexos como na Palestina, Índia/Paquistão/Bangladesh e Chipre.

No capítulo 7, o foco é a conhecida abordagem TRANSCEND criada por uma das principais referências no campo dos Estudos de Paz e Conflitos, Johan Galtung. Esta abordagem focaliza na paz e não na segurança, tendo como base a transformação pacífica de conflitos. A ideia de transcender a realidade do conflito – de onde deriva o nome da técnica – torna a técnica única. Ela vai além de somente gerenciar ou resolver o conflito, mas demanda transcender a realidade social dos conflitos existentes visando a criar laços de unidade entre as partes beligerantes. Chama a atenção que Carvalho de Oliveira consegue conduzir uma análise equilibrada dos pontos positivos e negativos desta técnica. Por exemplo, ele mostra que a intervenção da TRANSCEND permitiu vitórias importantes em conflitos como o do Peru/Equador em meados dos anos 1990, porém tem encontrado desafios de aplicabilidade diante concentração da abordagem em torno da experiência pessoal de Galtung e a falta de sistematização da abordagem TRANSCEND.

Por sua vez, o capítulo 8 apresenta a técnica que a longo prazo funcionaria melhor para a RC, mas é igualmente a mais complexa e que demanda mais tempo para atingir seus objetivos: a educação para a paz. O ponto positivo deste capítulo é como Carvalho de Oliveira consegue revisar um tema difícil, de muitas vertentes, de maneira clara e bem fundamentada. Isto é claramente visto quando ele examina o papel da educação para a resolução dos chamados conflitos intratáveis, que guardam uma natureza altamente complexa. É o caso, por exemplo, do conflito Israel-Palestina, na qual é praticamente impossível visualizar uma resolução de curto e médio prazo.

Nos dois capítulos que concluem a obra, o foco são os elementos pós-conflito. Teresa Cravo, uma referência lusófona nos estudos de Paz e Conflitos, apresenta no capítulo 9 um consistente exame do modelo da Organização das Nações Unidas (ONU) de consolidação da paz. Este último ganha força com o fim da Guerra Fria quando o então Secretário Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali publica em 1992 o documento *Uma Agenda para a Paz*. Este documento abre a perspectiva da institucionalização da paz capitaneada pela ONU. Não obstante, Cravo mostra as limitações do intervencionismo onusiano visto de maneira dramática nos fracassos da organização na Angola, Bósnia e Somália.

Finalmente, o capítulo 10 de autoria de Mateus Kowalski apresenta os elementos e os mecanismos da justiça de transição. Após explicar cronologicamente este tipo de justiça comum em cenários pós-violência, ele demonstra a importância de pensar a justiça como

um só elemento da resolução de um conflito. Na verdade, em um cenário em que vidas são ceifadas e sociedades desestruturadas, uma abordagem holística é demandada independentemente da localidade geográfica em exame.

À guisa de conclusão, nota-se que a obra *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos* cumpre de maneira ímpar sua proposta de oferecer um panorama completo sobre o campo de Resolução de Conflitos. Isto é feito de maneira bem estruturada, partindo do diálogo deste campo com as ciências humanas, depois apresentando suas abordagens e técnicas, e concluindo com suas implicações em cenários pós-violência. Embora a obra eventualmente pudesse em alguns momentos sintetizar discussões que se delongam demasiadamente, não se encontra nela fragilidades conceituais ou epistemológicas. Pelo contrário, ela permite ao leitor ter contato com uma aprofundada análise sobre a RC que é única em língua portuguesa. Logo, não é exagero notar que a obra passa a ser uma referência fundamental para todos aqueles voltados a examinar a paz e o conflito, seja ele no âmbito político doméstico ou internacional.

Referências

- Dahl, Elisabeth (2012). «Oil and Water? The Philosophical Commitments of International Peace Studies and Conflict Resolution», *International Studies Perspectives*, 14, 240-272, 2012.
- Ferreira, Marcos Alan S. V. (2017). «Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 113, 2017, 29-50.
- Jalali, Vahideh Rabbani (org.) (2010). *Estudos para a Paz*. Aracaju : Criação/UFS, 2010.
- StartClass Database (2017). *Peace Studies and Conflict Resolution*. <http://majors.startclass.com/l/1198/Peace-Studies-and-Conflict-Resolution>. Consultado el: 13 Noviembre 2017.